> O eu que se narra: As literaturas de si e a construção do sujeito

> The *self* that narrates itself: The self-literatures and the construction of the subject

por **Jéssica Antunes Ferrara**

Mestranda em Estudos Literários na área de Literatura, Identidade e Outras Manifestações Culturais, pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Graduada em Letras (2016) pela mesma instituição, com ênfase em Literatura em Língua Portuguesa. Atualmente desenvolve pesquisa com foco em Literatura Comparada, Escritas de si, Gênero e Política na América Latina. E-mail: j.antunesferrara@gmail.com. ORCID: 0000-0003-4763-8936.

Resumo

O objetivo deste estudo é apresentar as literaturas de si enquanto formas de apreensão dos procedimentos que regulam o desenvolvimento do sujeito. Parte-se do pressuposto de que a própria narrativa de si emerge de um poder linguístico anterior que a condiciona, mas que simultaneamente a faz recriar-se. A ideia principal a ser exposta é a de que ao me narrar, me construo, ainda que dentro de normas sociais pré-estabelecidas. É justamente ao me narrar que me crio e me constituo enquanto sujeito. Nesse sentido, as literaturas de si podem ser consideradas suportes de análise para as teorias de sujeição.

Palavras-chave: Literaturas de si. Construção do sujeito. Teorias de sujeição.

Abstract

The purpose of this study is to present the self-literatures as forms of apprehension of the procedures that regulate the development of the subject. In order to carry out this study it is assumed that the self-narrative emerges from an earlier linguistic power that conditions it, but at the same time causes it to be recreated. The main idea to be exposed is that in this kind of narration I build myself even within pre-established social norms. It is precisely when I narrate myself that I am raised and constituted as a subject. In this sense, the self-literatures can be considered as the basis of analysis for the subjection's theories.

Keywords: Self-literatures. Subject construction. Theories of subjection.

> Artigo recebido em 27.08.2018 e aceito em 20.12.2018

1. Os caminhos das literaturas de si: das confissões às construções

Narração sobre si, narração sobre experiências reais com toques ficcionais impossíveis de serem definidos, exercício feito fundamentalmente em primeira pessoa em que se recria todo um cenário de formação do caráter de determinado sujeito: aí está aquilo que associamos às literaturas de si. A prática da narrativa de si literária – mais reconhecida em tempos passados sob o epíteto da autobiografia – foi comumente descartada pelo cânone e tornada irrelevante aos olhos da crítica tradicional por não conter em si as características que a constituiria enquanto um gênero circunspecto, já que não admite qualidades rígidas e definidas sobre sua criação. Com o avanço dos estudos no ramo, as nomenclaturas foram se modificando aos poucos e, enfim, outras categorizações surgiram, tais como a autoficção, as escritas do eu, as memórias, etc. Aqui, optarei por utilizar, na maioria das vezes, as expressões *literaturas de si* e *escritas de si*, no plural, compreendendo diferentes formas de labor literário voltadas para a expressão de um si-mesmo reflexivo. Entretanto, inicialmente percorrerei o caminho histórico desse tipo de escrita, para então chegar àquilo que pretendo trazer ao cerne da discussão: as literaturas de si como manifestação e encarnação da construção de si, isto é, da construção do próprio sujeito. Por isso, começo do começo – e as nomenclaturas, neste caso, podem ser flutuantes.

Recorro ao princípio do reconhecimento da escrita subjetiva enquanto literatura. Philippe Lejeune, acadêmico francês que notadamente fora o precursor dos estudos referentes aos textos autobiográficos, iniciou sua jornada com a obra *L'autobiographie en France* (1971), que não só lhe ofereceu reconhecimento pessoal, mas, acima de tudo, fez com que a autobiografia fosse reconhecida enquanto gênero literário. Na apresentação ao livro de coletâneas de textos de Lejeune, *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet* (2008), Jovita Maria Gerheim Noronha lembra o quão polêmico fora o impulso do estudo sistemático das autobiografias empreendido pelo teórico, posto que, tanto no

meio literário quanto no meio acadêmico, os defensores da *alta cultura* sempre rechaçaram o estilo de escrita mais subjetivo.¹

Em *L'autobiographie en France*, o francês faz um esboço de sua definição de autobiografia e formula o conceito de *pacto autobiográfico*, a ser desdobrado mais tarde em obra homônima. Em artigo intitulado *Autobiografia e memória*, Noronha explica que, para Lejeune, a autobiografia é “a narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade”², e o pacto autobiográfico, a “afirmação, no texto, da identidade entre autor-narrador-personagem, remetendo em última instância ao nome do autor, escrito na capa do livro”³. Noronha ainda afirma que “o conceito de pacto autobiográfico permitiria assim distinguir a autobiografia das obras de ficção e, sobretudo, do romance autobiográfico”⁴. Desse modo, a existência da autobiografia enquanto tal seria possível graças à crença do leitor na veracidade da narrativa do autor.

O esforço em trazer a escrita autobiográfica para o campo da crítica literária foi um avanço no sentido de desconstruir a noção de objetividade e de existência de valores universais – representados largamente pelos romances –, que eram entendidos até aquele momento como sendo superiores à subjetividade e às experiências humanas.⁵ Lejeune ainda afirma que o exercício autobiográfico era limitado, posto que somente as classes mais abastadas da sociedade tinham acesso a essa prática. Em suas palavras,

escrever e publicar a narrativa da própria vida foi por muito tempo, e ainda continua sendo, em grande medida, um privilégio reservado aos membros das classes dominantes. O ‘silêncio’ das outras classes parece totalmente natural: a autobiografia não faz parte da cultura dos pobres.⁶

¹ Jovita Maria Gerheim Noronha, *Apresentação*, 2008, p. 7-10.

² Idem, *Autobiografia e memória*, 2017, p. 55-64.

³ Ibidem, p. 57.

⁴ Ibidem, p. 57.

⁵ Philippe Lejeune, *O pacto autobiográfico*, 2008, p. 42.

⁶ Idem, *A autobiografia dos que não escrevem*, 2008, p. 113.

Em detrimento disso, o primeiro estudo de Lejeune não considerava autobiografias que não aquelas puramente clássicas, padronizadas e fechadas em um ideário confessional. Anos mais tarde, contudo, o autor reformulou suas proposições a fim de reconhecer o déficit contido em sua lista de autobiógrafos que, embora não tivesse passado por uma análise aprofundada, era tão somente utilizada “para constituir um *corpus* baseado em um modelo estritamente rousseauiano. O propósito era claramente normativo”⁷. Apesar desse primeiro estudo regulamentário, a propulsão em se traçar um mapa do espaço autobiográfico foi imprescindível para que, posteriormente, fossem vislumbrados os múltiplos casos de escrita de si.

Essas autobiografias tradicionais, com as quais Lejeune se ocupou em seu primeiro esforço teórico, possuíam uma finalidade bastante explícita. Abarcando as *Confissões* de Rousseau e as *Confissões* de Santo Agostinho, por exemplo, consegue-se perceber uma formação no caráter desses escritos, notadamente confessionais. Michel Foucault, que também se propôs a estudar a escrita de si, fala sobre o aspecto confessional dos textos clássicos, nos quais há uma necessidade purificadora na prática autobiográfica que procura encontrar uma verdade absoluta dentro do próprio ser.⁸ Conforme postula a historiadora Margareth Rago, nas autobiografias confessionais o indivíduo empreende uma investigação introspectiva e solitária de si mesmo utilizando-se da escrita a fim de promover o reencontro de “sua verdade essencial supostamente alojada no fundo da alma, na própria interioridade”⁹. Isso revela que no momento em que a prática da escrita de si era voltada para o modo confessional, o escritor acreditava se utilizar de suas palavras para voltar a um estado de espírito ou a uma essência de si que havia se perdido em meio às experiências. Ora, nesse caso, há uma crença de que existe uma substância estática e natural do ser humano a qual deve ser recuperada através da narrativa de si. No caso de Santo Agostinho, a título de exemplo, a escrita de si requeria certa introspecção voltada ao auto-exame do

⁷ Idem, *O pacto autobiográfico, 25 anos depois*, 2008, p. 71.

⁸ Michel Foucault, *A escrita de si*, 2004, p. 144-145.

⁹ Margareth Rago, *A aventura de contar-se*, 2013, p. 52.

sujeito, isto é, deveria ser empreendido um exame de consciência no ato de narrar a si mesmo e, por isso, à autobiografia era atribuída certa cunhagem moral associada ao cristianismo. Dito de outro modo,

a auto-exploração incessante da própria subjetividade por meio da escrita seria um caminho para se chegar a Deus, na medida em que conhecer-se profundamente era entender a verdadeira natureza do homem e, daí, como consequência, uma trilha - necessária - para se aproximar de Deus.¹⁰

Percebe-se, portanto, que a escrita de si possuía em si um caráter transcendental que dependia do trabalho sobre si dado a partir da introspecção do sujeito. Destarte, “a investigação da própria subjetividade seria um caminho para conhecer a Verdade e para se chegar a Deus”¹¹. A narrativa de si poderia ser considerada, nesse sentido, como um instrumento de auto-análise e ascensão espiritual. Porém, com o advento da modernidade, a força dos dogmas religiosos e a noção de uma verdade interna e intrínseca ao sujeito começaram a cair por terra, e a complexidade que foi se formando em torno da sociedade exigiu que os debates sobre individualidade dessem espaço a questões mais coletivas, posto que a humanidade encontrava-se agora diante da estruturação de novos modelos de Estado e diante do influxo das grandes massas. Assim sendo, “decorreu o entendimento de que o sujeito não era tão individualizado como se pensava, ele não estava ilhado, alheio e isolado do cenário social em que transitava”¹². Por conseguinte, a narrativa sobre si deixa de ser instrumento purificador de um sujeito uno, abandonando a ideia da busca de uma verdade intrínseca e imutável sobre o sujeito. O trabalho sobre si mesmo, elaborado a partir da escrita, passa a ser compreendido enquanto reflexo do *desenvolvimento* de um ser social, evidenciando o caráter histórico e ideológico por trás das mais diversas experiências. Trataremos, pois, no próximo item, acerca dessa nova atribuição social adquirida pelas escritas de si.

¹⁰ Pedro Galas Araújo, *Trato desfeito*, 2011, p. 12.

¹¹ *Ibidem*, p. 13.

¹² *Ibidem*, p. 17.

2. A subjetividade social nas literaturas de si

Foucault então contesta o processo de individualização proposto pelos adeptos da confissão porque acredita ser o sujeito constituído no momento de suas ações e de suas experiências no mundo; logo, a subjetividade não preexiste aos acontecimentos e não há uma essência primordial escondida em algum lugar de nossa consciência. Para o filósofo, a subjetivação se dá em uma reflexividade que passa por uma relação estabelecida com nós mesmos, que é “não apenas a que temos com nossa própria individualidade, mas a que temos com os outros, na medida em que também são nós mesmos”¹³. Jean-Paul Sartre foi outro filósofo que também via a subjetividade como forma de vida ativa de determinado indivíduo, pois compreendia ser ele um ser social.¹⁴ Sartre ainda aponta que considera que a subjetividade social seja a própria definição do conceito de subjetividade como um todo.¹⁵

Nessa perspectiva, os movimentos que levam à constituição de uma subjetividade passam a ser compreendidos como *modos de subjetivação* que se apresentam enquanto múltiplos e variados. É então questionada quais são as possibilidades capazes de forjar novos modos de existência, “construídos a partir de outras relações de si para consigo e para com o outro, capazes de escapar às tecnologias do dispositivo biopolítico de controle individual e coletivo”¹⁶. Utilizando-se do método de investigação da vivência humana na Antiguidade greco-romana, Foucault avalia a experiência de subjetivação dos antigos atentando-se à forma com que se empenhavam na constituição de suas subjetividades, isto é, ao *trabalho* que empregavam em si mesmos. Em *A escrita de si* (2004), Foucault analisa as técnicas de *trabalho de si* aplicadas pelos antigos e

¹³ Michel Foucault, *Subjetividade e verdade* (1980-1981), 2016, p. 13.

¹⁴ Poderia ser discutível uma aproximação entre Foucault e Sartre. Porém, não é de pretensão deste estudo tratar das problemáticas do humanismo – fato que certamente os distanciaria. Aqui, o elo entre os dois filósofos se dá quanto à questão da liberdade; liberdade do sujeito político e de sua própria subjetivação. No estudo de Guilherme Roman Borges, intitulado *Jean-Paul Sartre e Michel Foucault: do desencontro humanista à confluência da liberdade (engajamento e cuidado)* (2004), há uma interessante e mais aprofundada reconciliação entre os teóricos franceses.

¹⁵ Jean-Paul Sartre, *O que é a subjetividade?*, 2015, p. 73.

¹⁶ Margareth Rago, *A aventura de contar-se*, 2013, p. 43.

afirma que estes possuíam como princípio a repetição e o treino com a finalidade de desenvolverem *a arte de viver*. O filósofo acreditava que

entre todas as formas tomadas por esse treino (e que comportava abstinências, memorizações, exames de consciência, meditações, silêncio e escuta do outro), a escrita - o fato de escrever para si e para outro - tenha desempenhado um papel considerável por muito tempo.¹⁷

Compreende-se, assim, que uma das maiores técnicas de subjetivação seria a da escrita, o que significa que a produção do discurso se encontra na base da formação dos próprios sujeitos e do meio em que vivem. Em outras palavras, “como elemento de treinamento de si, a escrita tem, para utilizar uma expressão que se encontra em Plutarco, uma função *etpoiética*: ela é a operadora da transformação da verdade em *êthos*”¹⁸. Pode-se inferir disso que a escrita de si se tornou uma prática da liberdade, já que permite com que o sujeito não se atenha a uma verdade absoluta e pré-concebida sobre seu *eu*. A partir dessa escrita, que se diferencia da prática confessional antiga, cria-se uma subjetividade particular ligada às próprias experiências e fugitiva dos poderes de controle e manutenção de identidades normativas – muito embora ainda se encontre, em certa medida, a elas submetida. Técnica da multiplicidade, esse tipo de escrita se difere totalmente do convencionalismo das confissões das autobiografias tradicionais, que apenas correspondiam à ordem regulamentar. Em outras palavras,

a ‘escrita de si’ é entendida como um cuidado de si e também como abertura para o outro, como trabalho sobre o próprio eu num contexto relacional, tendo em vista reconstituir uma ética do eu. Portanto, [...] a ‘escrita de si’ dos antigos opõe-se à confissão, modo discursivo-coercitivo de relação com a verdade que se difunde desde o cristianismo e que se acentua na Modernidade.¹⁹

A prática da escrita de si se mostra não apenas como um meio de expressão de uma subjetividade deliberada e supostamente estática, mas também possibilita uma reavaliação do sujeito sobre si, uma reconstrução do si-mesmo a partir de uma reflexividade que chega a ser capaz de fazer escapar dos estereótipos e das expectativas sociais baseadas em métodos especulativos não

¹⁷ Michel Foucault, *A escrita de si*, 2004, p. 146.

¹⁸ Ibidem, p. 147.

¹⁹ Margareth Rago, *A aventura de contar-se*, 2013, p. 50.

ligados à verdadeira experiência individual. Grupos marginalizados são especialmente favorecidos pela prática e, não raro, a escrita de si feminina, por exemplo, se mostra enquanto uma ferramenta eficaz da luta feminista. Isso porque o movimento ao qual a autora se submeterá no momento da escrita autorreflexiva evidenciará uma das principais reivindicações de todos os feminismos: a mulher como agente principal de sua própria vida.²⁰ Sem entrar em discussões específicas sobre a escrita feminina – tema que emergiu nos debates da crítica feminista francesa nos anos 70 – a ressignificação de si, proporcionada pelo discurso autônomo e autobiográfico, é igualmente a ressignificação do coletivo – não só das mulheres que compartilham, em níveis variados, as experiências das outras, mas também de homens que, a partir da agência feminina, são destituídos do poder de representação de um Outro. A escrita de si, apesar de se concentrar no próprio sujeito que a executa, é, ainda, instrumento coletivo. Para que ocorra uma ressignificação, que atestará o caráter histórico das normas sociais, é preciso, antes, que o sujeito reitere essas mesmas normas, criando uma ambivalência. Essa relação paradoxal entre fuga e reiteração de normas e coerções é característica imprescindível para a formação do sujeito, fato que é nítido no contexto das literaturas de si e que será abordado com maior profundidade no próximo item.

3. O ato de se narrar e a reflexividade do eu perante as normas

A filósofa Judith Butler, em *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética* (2017), postula que ao nos empenharmos em uma reflexividade, desenvolvemos nós mesmos perante a uma série de termos sociais que nos são, em certa medida, anteriores e exteriores.²¹ Diante disso, ao criar uma narrativa que envolva seu si-mesmo, é certo que você não está se resumido a um eu fechado em si mesmo; sua narrativa é, antes de mais nada, uma tentativa em compreender seu si-mesmo

²⁰ Flávia Biroli, *O público e o privado*, 2004, p. 37.

²¹ Judith Butler, *Relatar a si mesmo*, 2017, p. 168.

que é produzido e de que maneira ele pode ser compreendido enquanto produtivo, isto é, não passivo. Isso pressupõe que nossos atos e nossa fala não são apenas revelações daquilo que somos, mas, primordialmente, uma determinação do sujeito que agirá ou falará, fato que pode levar à consolidação das normas as quais está submetido ou à contestação das mesmas.²²

Nessa perspectiva, o que gera a ação social do sujeito é justamente sua reflexividade sobre si mesmo. Entretanto, essa ação é, via de regra, amparada por um sistema que lhe é alheio, mas que o faz existir enquanto ser social e reconhecível. Em outros termos, o sujeito

[...] passa a existir por uma interpelação que não posso recordar nem recuperar, e quando ajo, ajo em um mundo cuja estrutura, em grande parte, não é criação minha – o que não equivale a dizer que não exista criação ou ação minha no mundo. Certamente existe. Significa apenas que o “eu”, seu sofrer e agir, dizer e conhecer, acontece em um crisol de relações sociais, variavelmente estabelecidas e reiteráveis, sendo algumas irrecuperáveis e outras responsáveis por invadir, condicionar e limitar nossa inteligibilidade no presente. Quando agimos e falamos, não só nos revelamos, mas também agimos sobre os esquemas de inteligibilidade que determinam quem será o ser que fala, sujeitando-os à ruptura ou à revisão, consolidando suas normas ou contestando sua hegemonia.²³

A partir disso, a narrativa de si pode ser considerada como uma ação de autotransformação e de transformação das inter-relações subjetivas que formam um corpo social, e não como uma simples transmissão de informações. Analisar escritos que exploram a estruturação de um eu a partir da distinção discursiva daquilo que se conta ou daquilo que se omite possibilita que compreendamos a linguagem e o discurso enquanto ferramentas basilares na formulação, propagação e assimilação de representações sociais, bem como nas possibilidades de ruptura e transgressão das normas.²⁴

Possuindo esse caráter construtivo e, ao mesmo tempo, reconstrutivo, a narrativa de si corresponde a uma reinvenção de si, a uma reinvenção do sujeito ocasionada pela relação que constitui consigo mesmo através da construção de

²² Ibidem, p. 167.

²³ Ibidem, p. 167.

²⁴ Margareth Rago, *A aventura de contar-se*, 2013, p. 30.

uma subjetividade ativa e que enfrenta o controle dos poderes estabelecidos. Simultaneamente, como venho argumentando, essa subjetividade se utiliza desse mesmo controle para, de fato, existir socialmente. A prática discursiva compreendida pelas narrativas de si pode ser considerada uma ação no momento em que exerce um outro poder externo por meio do próprio poder ao qual é submetida; a partir do dizer aquilo que se julga verdadeiro sobre si mesmo, alcança-se uma modificação possível da estrutura social. Assim,

se as relações de poder pesam sobre mim enquanto digo a verdade, e se, ao dizê-la, exerço o peso do poder sobre os outros, então não estou apenas comunicando a verdade enquanto digo a verdade. Também estou exercendo o poder no discurso, usando-o, distribuindo-o, tornando-me o lugar de sua transmissão e replicação. Estou falando, e minha fala transmite o que tomo como verdadeiro. Mas minha fala também é um tipo de fazer, uma ação que acontece no campo de poder e que também constitui um ato de poder.²⁵

Percebe-se, pois, que a reflexividade sobre si-mesmo dada a partir de uma elaboração narrativa subjetiva é, na verdade, uma ação social exercida por meio de um mecanismo que possui a potencialidade de modificar esse mesmo conjunto social. Logo, não existe possibilidade de que uma autocriação esteja desassociada de um modo de subjetivação que é, necessariamente, uma sujeição. Essa sujeição caracteriza-se pelo duplo processo em que nos tornamos subordinados a um emaranhado de normas e, ao mesmo tempo, emergimos delas enquanto sujeitos.²⁶ A narrativa de si demonstra, desta maneira, que não há como se criar fora da parafernália normativa que condiciona toda a sociedade. Quando o *eu* resolve contar sua própria história,

só pode contá-la de acordo com normas reconhecíveis da narração de uma vida. Podemos então dizer: na medida em que o “eu” concorda, desde o início, em narrar a si mesmo por meio dessas normas, ele concorda em circundar sua narrativa por uma exterioridade e assim desorientar-se na narração através de modos de fala cuja natureza é impessoal.²⁷

Contudo, é importante perceber que essa mesma narrativa carrega consigo a força de representação do caráter histórico e social dos sujeitos,

²⁵ Judith Butler, *Relatar a si mesmo*, 2017, p. 159.

²⁶ Idem, *A vida psíquica do poder*, 2017, p. 10.

²⁷ Idem, *Relatar a si mesmo*, 2017, p. 73.

evidenciando a não existência de uma natureza intrínseca e de determinações imutáveis. As escritas de si se apresentam, pois, enquanto horizontes que anunciam maneiras diversas de ser e de estar no mundo.

Pierre Bourdieu, em seu texto *A ilusão biográfica* (2008), comenta sobre o pressuposto de unicidade e singularidade do sujeito implicado na estrutura da narrativa de si. Para o autor,

o mundo social, que tende a identificar a normalidade com a identidade entendida como constância em si mesmo de um ser responsável, isto é, previsível ou, pelo menos, inteligível, como uma história bem construída [...], propõe e dispõe todos os tipos de instituições de totalização e unificação do eu.²⁸

De fato. Mas é justamente essa pressuposição de singularidade do sujeito a responsável por nos possibilitar a nos compreendermos como seres desenvolvidos coletivamente, posto que a exposição singularizada é resultado de uma existência corporal que é condição comum a todos nós. Destarte, Butler explica que

o relato que dou de mim mesma no discurso nunca expressa ou carrega totalmente esse si-mesmo vivente. Minhas palavras são levadas enquanto as digo, interrompidas pelo tempo de um discurso que não é o mesmo tempo da minha vida. Essa 'interrupção' recusa a ideia de que o relato que dou é fundamentado apenas em mim, pois as estruturas indiferentes que permitem meu viver pertencem a uma sociabilidade que me excede.²⁹

Depreende-se disso a impossibilidade de se elaborar uma escrita de si fora daquilo que é reconhecível dentro dos parâmetros instituídos pela humanidade, ou que, pelo menos, jogue com seus termos. Nesse sentido, acredito que as literaturas de si podem ir contra à *violência ética* da unificação, da identidade pessoal, ainda que tenha a aparência dessa mesma pressuposição de unidade. A escrita de si, na verdade, com toda sua bagagem coletiva e histórica, suspende a "exigência da identidade pessoal, ou, mais especificamente, da coerência completa"³⁰. Esse tópico será abordado com mais precisão no próximo item.

²⁸ Pierre Bourdieu, *A ilusão biográfica*, 1996, p. 77.

²⁹ Judith Butler, *Relatar a si mesmo*, 2017, p. 51.

³⁰ Ibidem, p. 60.

4. Escape do sujeito

É preciso ainda que se encare que a escrita de si, ao passo que desenvolve o sujeito, não o apreende totalmente. Isso ocorre porque no momento em que me narro, mesmo que minha narrativa me liberte de determinadas condições sociais – por exemplo, quando um homossexual se narra e se constrói a partir de um discurso que não se insere na heteronormatividade instituída –, me dissimulo em uma noção linear de sujeito. Busco captar pontos que julgo mais importantes em minha formação, os disponho em ordem e crio a noção de que saí de um determinado ponto para chegar a outro, de que existiu um começo e um fim de mim mesma. Ora, é preciso que se tenha a percepção de que o sujeito, ou seu desenvolvimento, sempre escapa à linguagem, que é antes um poder, uma instituição, e um campo de coerções sociais e ideológicas.

Bourdieu comenta que o ato autobiográfico em parte se inspira em uma preocupação do sujeito em atribuir certo sentido a si mesmo, fato que o torna um “ideólogo de sua própria vida”³¹. Nessa busca incessante por uma autorracionalização há um escape do sujeito moderno, fragmentado, impossível de ser apreendido por ordens práticas, cronológicas, constantes e consistentes. Com todas as postulações teóricas trazidas até o momento, é perceptível a formação do sujeito mediante experiências difusas e relacionais, inseridas em contextos específicos que, muitas vezes, se anulam ou se contradizem. Por isso, o próprio sujeito é fragmentado e nunca completo; o processo de subjetivação, ou o modo de subjetivação (sujeição) é constantemente refeito porque incompleto, desapropriado e deslocado em um movimento contínuo. A antiga ideia cartesiana de um indivíduo centrado e unificado é posta em xeque, embora seja sempre reiterada na escrita de si – porque é ela mesma um reflexo da tentativa de se organizar e tornar coerente um eu o qual não se estabelece com firmeza.³² Essa ambivalência é característica do próprio sujeito e corrobora o argumento de que há um poder que é exercido sobre ele e por ele reiterado, embora dele mesmo

³¹ Pierre Bourdieu, *A ilusão biográfica*, 1996, p. 75.

³² Pedro Galas Araújo, *Trato desfeito*, 2011, p. 19.

surja o ímpeto de evasão. Novamente, a escrita de si pode ser admitida enquanto forma analítica de procedimentos que regulam o desenvolvimento do sujeito.

Dentro dessa perspectiva, a escrita de si surge como reafirmação da fragmentação do sujeito moderno, ao mesmo tempo que tenta o reelaborar e o capturar, posto que somente desta forma pode, de fato, existir. Butler afirma que as categorias sociais subordinam o sujeito, mas, ao mesmo tempo, o fazem existir, posto que o torna reconhecível socialmente. Para a filósofa,

fadado a buscar o reconhecimento de sua própria existência em categorias, termos e nomes que não criou, o sujeito busca o sinal de sua própria existência fora de si, num discurso que é ao mesmo tempo dominante e indiferente. As categorias sociais significam, ao mesmo tempo, subordinação e existência.³³

A existência do sujeito moderno novamente é apresentada em termos sociais de relação com a alteridade. Desse modo, é evidente que “a sujeição explora o desejo de existência, sendo a existência sempre outorgada de outro lugar; para existir, ela assinala uma vulnerabilidade primária para com o Outro”³⁴. Por isso, há determinada importância em se narrar, em se construir, porque em meio aos fragmentos do mundo moderno, pode-se fazer emergir a própria existência. Essa emersão ocorrerá dentro de um padrão de unificação do sujeito e de reiteração das normas, mas que pode levar à desdobramentos inimagináveis pela própria norma. Isto é, a partir do momento em que me narro, sobrevivo e me constituo a partir do poder, já que estou me sujeitando a um modelo de sujeito linear, supostamente apreendido. Esse poder que é exercido sobre mim torna-se ato em minhas mãos quando narro, fazendo-me reiterá-lo, porém, *minha posse do poder* agora pode levá-lo a outras dimensões não esperadas.³⁵ Por exemplo, como ocorre em uma narrativa que escapa de outras normas, como a da feminilidade passiva, caso o sujeito seja, como eu, uma mulher. Sob essa condição, minha narrativa de vida deve corresponder às normas sociais daquilo que me é imposto enquanto representante do gênero mulher, todavia, se

³³ Judith Butler, *A vida psíquica do poder*, 2017, p. 29.

³⁴ *Ibidem*, p. 30.

³⁵ *Ibidem*, p. 21.

decido narrar com agressividade – atributo considerado alheio ao feminino – gero um sujeito não esperado pelo poder que me é imposto. Dessa maneira, reitero o poder de sujeito uno característico da pressuposição de apreensão da escrita de si, mas crio um sujeito totalmente alheio ao que essa escrita esperava de mim: este é o ponto em que a literatura de si expõe o caráter mutável e histórico das normas sociais e, conseqüentemente, do próprio sujeito. Assim, “a reiteração do poder não só temporaliza as condições de subordinação como também mostra que essas condições não são estruturas estáticas, mas temporalizadas – ativas e produtivas”³⁶.

Por fim, é perceptível que as literaturas de si se apresentam enquanto estruturas que permitem uma análise da construção do sujeito, seja ele considerado em sua particularidade, seja ele considerado enquanto um elemento de um emaranhado político, histórico e social. Essas duas formas, na verdade, caminham lado a lado. Não há existência ou formação do sujeito fora do dispositivo social na medida em que esse próprio dispositivo formula operações psíquicas que proporcionam o estado de consciência e reflexividade do sujeito. Logo, as experiências particulares, ao serem submetidas a um processo de reflexão que as liga ao histórico-social – processo que é, muitas vezes, condicionado pelas normas através de certos julgamentos, proibições, etc. –, tornam-se narrativas que (re)constroem o sujeito, sua relação com o meio, e o próprio meio.

5. Considerações finais

Busquei, ao longo do presente estudo, argumentar que as literaturas de si podem se apresentar como ferramentas de análise da construção e do desenvolvimento do sujeito. Para além disso, foi possível perceber que o exercício da reflexividade do si-mesmo transformado em narrativa não é apenas suporte

³⁶ Ibidem, p. 25.

de análise, e sim uma parte considerável da ação de subjetivação. A escrita de si, desta maneira, é simultaneamente um suporte no qual lanço experiências já vividas e que, ao mesmo tempo, ao construí-las em narrativa, ajo em prol de minha própria constituição. Há, portanto, uma nova experiência. A tentativa de me organizar em um texto reflete, em parte, minha tentativa de existir, posto que dependo de normas e coerções sociais para isso. Ao exercer a apropriação do poder e almejar me tornar inteligível, enfim posso existir socialmente – o que significa, de fato, em nosso contexto, simplesmente existir.

No primeiro item foi discutida a modificação que a escrita de si sofreu ao longo dos tempos. Inicialmente considerada um meio de purificação dado pelas confissões, a busca pelo *eu* era, na verdade, a busca de uma essência humana, que poderia ser considerada também divina. Estimuladas por instituições como a Igreja, as confissões se tornaram uma prática comum aos ascetas, posto que poderiam servir como inibidoras de certos pensamentos e ações justamente por serem elas a representação da presença de alguém que deveria constrangê-los. Esse alguém não passaria da própria consciência da pessoa, que, vivendo uma vida ascética, pretende-se controlada. Além de tudo isso, a escrita de si, nesse sentido, seria o antídoto para os perigos da solidão.³⁷

Ainda dentro desse contexto, Foucault lembra que os antigos tinham como princípio a repetição e o treino, com a finalidade de se aprender a arte de viver. Uma das mais destacadas formas de exercício seria o da escrita, em especial a escrita de si, que possibilita a consciência sobre si mesmo e do mundo ao redor. Assim, a prática da escrita seria fundamental para o desenvolvimento espiritual proposto pelo modo de vida ascético.³⁸ Entretanto, com o advento da modernidade, essas maneiras de constituição do ser começam a cair.

Com o fluxo de informações e maior contato entre culturas, tornou-se notável que as experiências e as ações dos sujeitos, submetidas a uma ordem do

³⁷ Michel Foucault, *A escrita de si*, 2004, p. 144-145.

³⁸ *Ibidem*, p. 146.

poder social, eram responsáveis por seu desenvolvimento que, ademais, nunca se completara. Permanecendo na esteira de Foucault ao longo do segundo item deste trabalho, vimos que a subjetividade não pode ser anterior aos acontecimentos, e que, conseqüentemente, não poderá existir uma essência a ser descoberta em nossa consciência. A subjetivação é fruto de relações, seja consigo mesmo, seja com os outros.³⁹ Por isso, começa-se a inferir que as literaturas de si não apenas demonstram esse fator em seu conteúdo, já que as narrativas expõem encontros e fluxos de consciência, mas também são um ato, uma ação constitutiva do sujeito. Isso ocorre porque é ela própria uma relação do escritor para consigo mesmo, relação esta que deve recorrer à memória e a reiteração de suas experiências. Essa ação constitutiva do sujeito presente nas literaturas de si também determina novas possibilidades de relação com o ambiente e com o conjunto social que nele habita. Nesse processo, o próprio sujeito que narra vem se (re)criando. Existem muitas maneiras de se contar algo, e a sua simples escolha de optar por uma delas aponta para uma nova forma de conceber a experiência passada. Nesse jogo de lembranças, reiteraões e novas ações, as literaturas de si ainda nos são caras para a reflexão dos mecanismos instituídos nos diversos campos de poder.

É, inclusive, sobre o poder que tratamos no terceiro item. O poder que se exerce sobre o sujeito e o qual ele precisa se apropriar, em outros termos, para então se narrar e se desenvolver. Conforme vimos, “o poder é externo ao sujeito e simultaneamente seu âmbito de ação”⁴⁰, ou seja, existe um poder que é exercido sobre o sujeito e que a ele é alheio, mas que é, ao mesmo tempo, dissimulado pelo sujeito para que haja sua própria existência. Nesse sentido, a busca por se tornar inteligível, característica básica de uma escrita de si, é uma forma não-mecânica de reiteração do poder social que pode produzir resultados que excedem ou alteram os propósitos iniciais desse mesmo poder.

³⁹ Michel Foucault, *Subjetividade e verdade* (1980-1981), 2016, p. 13.

⁴⁰ Judith Butler, *A vida psíquica do poder*, 2017, p. 24.

Tudo isso nos leva a perceber que é justamente o poder exercido sobre o sujeito aquilo que lhe dá condições de resistência e oposição. Dentro dessa lógica, a escrita de si pode se tornar um meio eficaz para a reivindicação dos direitos de grupos marginalizados que, através da reafirmação de seus lugares por meio da narração de suas experiências, constroem novas possibilidades de relação consigo mesmos e com os outros. As normas sociais, então, que não são fixas nem imutáveis, podem ser deslocadas através de seus discursos. Por isso, procurei discutir brevemente no último item o fato de que o sujeito sempre escapa da pretensão de ser apreendido em sua totalidade. É ele mesmo um ser histórico e social e, portanto, dotado de mutabilidade. Sua escrita íntima revela muito mais de seu meio e dos processos aos quais está submetido dentro dele, do que a uma individualização circunspecta. Até porque, como podemos concluir, isso não existe; o que nos é próprio é o devir do ser, o devir de se constituir, o devir da subjetivação que é, de mais a mais, o devir da totalidade social.

Referências

ARAÚJO, Pedro Galas. *Trato desfeito: o revés autobiográfico na literatura contemporânea brasileira*. 2011. 107f. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária e Literaturas) – Instituto de Letras da Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2011. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/9975>>. Acesso em 27 ago. 2018.

BIROLI, Flávia. O público e o privado. In: _____. MIGUEL, Luis Felipe. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 31-46.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: _____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996, p. 74-82.

BUTLER, Judith. *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. Tradução Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

_____. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Tradução Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: MOTTA, Manuel Barros da (Org.). *Ditos e escritos V: Ética, sexualidade, política*. Tradução Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 144-162.

_____. *Subjetividade e verdade: curso no Collège de France (1980-1981)*. Tradução Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

LEJEUNE, Philippe. A autobiografia dos que não escrevem. In: _____. *O pacto autobiográfico: de Rousseau a Internet*. Tradução Jovita Maria Gerheim Noronha, Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p. 113-191.

_____. O pacto autobiográfico. In: _____. *O pacto autobiográfico: de Rousseau a Internet*. Tradução Jovita Maria Gerheim Noronha, Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p. 13-47.

_____. O pacto autobiográfico, 25 anos depois. In: _____. *O pacto autobiográfico: de Rousseau a Internet*. Tradução Jovita Maria Gerheim Noronha, Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p. 70-85.

NORONHA, Jovita Maria Gerheim. Apresentação. In: LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau a Internet*. Tradução Jovita Maria Gerheim Noronha, Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p. 7-10.

_____. Autobiografia e memória. In: GONZÁLEZ, Elena Palmero; COSER, Stelamaris. *Em torno da memória: conceitos e relações*. Porto Alegre: Letra1, 2017, p. 55-64.

RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas: Unicamp, 2013.

SARTRE, Jean-Paul. *O que é a subjetividade?* Tradução Estela dos Santos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

Referência para citação deste artigo

FERRARA, J. O eu que se narra: As literaturas de si e a construção do sujeito.
Revista PHILIA | Filosofia, Literatura & Arte, Porto Alegre, volume 1, número 1, 80 – 98, fevereiro de 2019.